



Fisco detectou 921 milhões de impostos em falta no ano passado

Na sequência de milhares de acções inspectivas, foram detectados 921 milhões de euros de impostos em falta em 2010. O IVA assume maior fatia.

Lígia Simões

ligia.simoies@economico.pt

No ano passado, o fisco detectou 921 milhões de euros de imposto em falta, menos 26% face aos 1,2 mil milhões de euros identificados em 2009. As empresas foram os principais alvos: 30.188 receberam a visita dos inspectores tributários. O balanço da actividade da Inspeção Tributária (IT) de 2010 concluiu que o IRC detectado em falta mais do que duplicou, ultrapassando a fasquia dos 177 milhões de euros. O IVA continua a representar a maior fatia com um peso de 75%.

De acordo com o relatório, a que o Diário Económico teve acesso, foram realizadas 113.739 acções de controlo fiscal, identificando-se Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro, Braga, Leiria e Faro como os distritos com maiores montantes de imposto em falta, representando 61% no imposto em falta. O IVA é o imposto que mais pesa nas receitas do Estado e aquele que representa a maior fatia do total dos impostos detectados em falta, com 690 milhões de euros - mas, ainda assim, desceu 37% face a 2009. Já no IRC, mais do que duplicou este imposto detectado em falta de 87 milhões para 177 milhões de euros, segundo o balanço da actividade da IT que aponta ainda para uma estabilização do IRS em falta (39 milhões de euros).

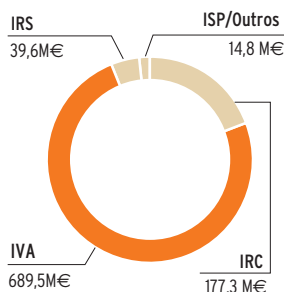
Os 921 milhões de euros detectados em falta nos cofres do Estado superaram as previsões iniciais da máquina fiscal (600 milhões), ainda que representam uma queda de 322 milhões face a 2009. O montante de imposto em falta acabou por dar origem a 172 milhões de euros de regularizações voluntárias e 749 milhões de correcções à matéria e rendimento colectável, com a maior fatia a vir das empresas (707 milhões de euros).

Os alvos da inspeção

Sobre o universo de contribuintes, alvo de inspeção, incidiram acções de detecção de falta de

IMPOSTOS EM FALTA

O IVA continua a representar a maior fatia dos impostos em falta com um peso de 75%.



Fonte: Relatório de actividades da Inspeção Tributária.

entrega de retenções na fonte de IRS, controlo de IVA nas acções intracomunitárias (fraude carrossel) e das obrigações declarativas. Na mira do Fisco estiveram ainda todas as empresas que mostrem uma diminuição de imposto ou crédito de IVA sem motivo aparente. Já ao nível das pessoas singulares, os esforços das acções de fiscalização recaíram sobre as declarações de IRS Modelo 3 Categoria B (trabalhadores independentes e profissionais liberais), e outras categorias como a G (mais valias e outros incrementos patrimoniais). Na mira do fisco estiveram 50.875 contribuintes para comprovação da situação fiscal. O principal alvo foram as empresas (30.188) em sectores como comércio de carros usados, construção civil, restaurantes, mediação imobiliária, clínicas e hospitais particulares, comércio de madeiras e agências funerárias.

5,6 mil milhões de correcções

Na sequência das 113.739 acções de controlo fiscal realizadas por 1.740 técnicos a nível nacional (que incluem também mais de 62 mil acções de prevenção) resultaram ainda em regularizações e correcções à matéria colectável, num total de 5,6 mil milhões de euros. Neste capítulo foram as empresas que registaram os erros de maior valor, representando 3,4 mil milhões do total, seguindo o IRS - contribuintes singulares - com 702 milhões e ISP e outros impostos como o IMI e IMT representam 1,6 mil milhões.

Estas correcções não correspondem necessariamente a valores já certos em termos de receita fiscal: se há casos de regularizações voluntárias imediatas (2,5 mil milhões de euros), outros há, também, em que os contribuintes usam os mecanismos de reclamação de que dispõem e, não raras vezes, conclui-se que até têm, razão. Ou porque, houve enganos do fisco durante as inspeções ou outras informações prestadas pelos contribuintes revelam que nada têm a pagar. ■

BALANÇO DE 2010

Entre Janeiro e Dezembro de 2010 foram realizadas 113.739 acções de controlo fiscal, contra 143.234 no período homólogo.

Destas acções, mais de 50 mil foram de comprovação e verificação da situação fiscal, tendo como principal alvo as empresas.

A Inspeção Tributária detectou 921 milhões de euros de impostos em falta. IRC e IVA assumem a maior fatia.

Do imposto detectado em falta, as regularizações voluntárias somaram 172 milhões de euros e deu origem a 749 milhões de correcções à matéria e rendimento colectável.

Em resultado das inspeções de 2010, as correcções e regularizações fiscais ascenderam a 5,6 mil milhões de euros. Só as empresas registaram erros de 3,4 mil milhões, seguindo-se no IRS (702 milhões) e outros impostos como o IMI, IMT e ISP (1,6 mil milhões).



QUATRO PERGUNTAS A...



ROGÉRIO M. F. FERREIRA

Fiscalista e sócio da PLMJ

"IRC em falta revela dificuldades do tecido empresarial"

O fiscalista aplaude os resultados da Inspeção Tributária em 2010 e alerta que a duplicação do IRC em falta revela a fragilidade do tecido empresarial português.



Estatísticas de empresas disponíveis a partir de hoje na Internet

Portal permite saber número de empresas existentes no país, entre outros dados.

Denise Fernandes
denise.fernandes@economico.pt

A partir de hoje está disponível na Internet o Portal Estatístico de Informação Empresarial, um site que disponibiliza gratuitamente ao público em geral estatísticas sobre as empresas portuguesas.

“O portal é de acesso público e destina-se a todos os interessados em obter informação clara e precisa, construída com base em fontes fidedignas, sobre o tecido empresarial português”, explica, avança fonte do Ministério da Justiça ao Diário Económico.

A informação disponível no portal é extraída das declarações de Informação Empresarial Simplificada (IES), do ficheiro central de pessoas colectivas e da base de dados do registo comercial. Segundo o Ministério da Justiça, as estatísticas são construídas com base em informação remetida anualmente pelas empresas, estando disponíveis dados desde 2006.

O portal - que será apresentado hoje, numa cerimónia em Lisboa, com o ministro da Justiça, Alberto Martins, permite saber qual o total de empresas existentes no país, empresas constituídas e extintas e aumentos de capital desde 2010.

O site possibilita ainda o acesso a informação relativa a micro, pequenas e médias empresas, empresas com comércio electrónico e com actividade internacional, em áreas como remunerações, encargos sociais, exportações e importações.

É possível ainda obter os dados actualizados dos serviços Empresa na Hora, Empresa Online, entre outros. Os dados estão disponíveis em www.estatisticasempresariais.mj.pt. ■

Remunerações, encargos sociais, exportações e importações são alguns dos dados disponíveis no novo portal do Ministério da Justiça.



A Direcção-Geral dos Impostos, liderada por José Azevedo Pereira, encontrou mais impostos em falta do que aqueles fixados como objectivo. Ainda assim, o montante é inferior a 2009.

O imposto detectado em falta em 2010 registou uma quebra de 26%. O que está na base desta evolução negativa?

A quebra verificada não é necessariamente negativa. Se corresponder, como julgo, a um maior rigor nas correcções promovidas pela Administração tributária, será mesmo bastante positiva. Importa, por isso, recordar que o sistema de avaliação dos funcionários públicos (SIADAP) assenta e exige mais “quantidade” do que “qualidade”, o que - perversamente - pode ter como resultado correcções desajustadas à lei e que, uma vez contestadas, vêm a ser anuladas, quer pelos próprios Serviços da Administração tributária, quer pelos Tribunais. Mais relevante que os montantes das correcções efectuadas e mesmo do imposto

liquidado e detectado em falta, interessaria aqui aferir qual o imposto que, após a contestação, administrativa e ou judicial, se vem a confirmar como devido.

Há uma maior incidência nas acções de controlo a sujeitos passivos não declarantes e de pedidos de reembolso de IVA. A evasão e fraude fiscal tende a aumentar nestas áreas?

A maior incidência das acções de controlo nos sujeitos passivos não declarantes é muito positiva. Significa um combate mais claro e directo à economia paralela e informal, que vive à margem do sistema e que representou, em 2009 cerca de 19,5% (dados da OCDE) do PIB. Contrasta com os 13,8% da média nos países da OCDE. Estudos apontam, actualmente, para valores de 24% do PIB. Recuperar estes

sujeitos não declarantes para dentro do sistema resulta na aplicação, a estes, do mesmo controlo e fiscalização a que já se encontram sujeitos os efectivos sujeitos passivos (declarantes). Trata-se, por isso, de uma medida muito profiláctica do ponto de vista económico, permitido, em primeiro lugar, repartir de uma forma mais justa o esforço fiscal por todos os cidadãos e empresas contribuintes. Também o reforço da fiscalização dos reembolsos de IVA é de louvar, pois é através deste imposto que se efectiva e surge a fraude carrossel de IVA, que é particularmente grave por subtrair aos cofres dos Estados impostos já arrecadados.

O IVA assume maior fatia dos impostos em falta e mais do que duplicou o IRC detectado

em falta. Como é que avalia estas evoluções?

Os valores de IVA detectados em falta não surpreendem, devido aos elevados montantes que os esquemas de carrossel tendencialmente, em termos relativos, representam neste imposto. A quebra verificada, que se correlaciona com o aumento do cumprimento voluntário, será positiva. Já a duplicação detectada em sede de IRC pode ser reveladora da fragilidade e dificuldades que o tecido empresarial português atravessa e de uma maior agressividade, designadamente em matéria de correcção de prejuízos. O que, no actual quadro de défice orçamental tenderá a agravar-se. A política fiscal será também, infelizmente, um dos eixos principais da política orçamental dos próximos anos. ■ L.S.